1CAB SS 135170 C João Filipe Mendes da Silva, CA
1CAB SS 135168 A Raquel Margarida Duque Fonseca, BA5
1CAB SS 135175 D Cristina Raquel Passos da Silva Reis, CA
1CAB SS 135165 G Paulo Ricardo Parente Coração Tavares, HFA
1CAB SS 135164 J Vera Lúcia Barradas Olaio, BA6

SHS:

1CAB SHS 135256 D Luísa Alexandra Gomes Martins, DGMFA
1CAB SHS 135255 F Nádia Alexandra Mateus Ferreira, BALUM
1CAB SHS 135257 B Anastácia José Almeida Silva, GAEMFA
1CAB SHS 135158 D Cátia Sofia Cunha Sabino, GAEMFA
1CAB SHS 135266 A Anabela Pereira Ferreira, CT

PA:

1CAB PA 135140 A Patrick Silva da Costa Gomes, BA5
1CAB PA 135143 F Américo Luís Alves Vieites, CA
1CAB PA 135192 D Manuel Araújo Cascalheira, BA5
1CAB PA 135193 B Vera Lúcia de Jesus da Silva Guerreiro Monteiro, BA6
1CAB PA 135144 D Nuno Miguel Duarte Ferreira, CT
1CAB PA 135196 G Ricardo Miguel Guerreiro Marques, BALUM
1CAB PA 135238 F Ricardo Fernando Duarte Soares, CT
1CAB PA 135263 G Fábio André Rosado Semedo, CT
1CAB PA 135142 H Pedro Pinto da Cruz, BALUM
1CAB PA 135233 E Luís Filipe de Albuquerque Loureiro, CFMTFA
1CAB PA 135235 A Bruno Filipe Ribeiro de Sousa, CT
1CAB PA 135150 J Helder José Marinho da Cunha, BALUM
1CAB PA 135145 B Vasco Lopes Nunes, JFCL
1CAB PA 135149 E Ângelo Miguel Mestre Clemente, CT

Contam a antiguidade desde 4 de outubro de 2012.

Produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho no *Diário da República,* conforme previsto no n.º 3 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

São integrados na posição 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

4 de outubro de 2012. — Por subdelegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea e após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Diretor, *José Alberto Fangueiro da Mata,* MGEN/PILAV.

206437624

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Despacho n.º 13371/2012

Nos termos do artigo 72.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado entre esta Autoridade Nacional e a trabalhadora Isabel Maria Martins Tavares, datado de 01 de fevereiro de 2012, sujeito a período experimental segundo o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado em *Diário da República,* 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro de 2009, aplicável à carreira técnico superior por força do n.º 1 do artigo 78.º RCTFP, e do regulamento de extensão n.º 1-A/2010, publicado em *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 2 de março de 2010.

Após o termo do período experimental torna-se público que por despacho de 02 de outubro de 2012, e conforme o n.º 6 do artigo 12.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, o mesmo foi concluído com sucesso pela trabalhadora Isabel Maria Martins Tavares.

4 de outubro de 2012. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

206438904

Despacho n.º 13372/2012

Nos termos do artigo 72.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado entre esta Autoridade Nacional e a trabalhadora Maria Manuela Pinto Esperança, datado de 12 de dezembro de 2011, sujeito a período experimental, segundo o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado em D.R., 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro de 2009, aplicável à carreira técnico superior por força do n.º 1 do artigo 78.º do RCTFP, e do regulamento de extensão n.º 1-A/2010, publicado em D.R., 2.ª série, n.º 42, de 2 de março de 2010.

Após o termo do período experimental torna-se público que por despacho de 02 de outubro de 2012, e conforme o n.º 6 do artigo 12.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, o mesmo foi concluído com sucesso pela trabalhadora Maria Manuela Pinto Esperança.

4 de outubro de 2012. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

206438994

Despacho n.º 13373/2012

Nos termos do artigo 72.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado entre esta Autoridade Nacional e o trabalhador Bruno Miguel Martins Loureiro, datado de 01 de fevereiro de 2012, sujeito a período experimental, segundo o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado em D.R., 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro de 2009, aplicável à carreira técnico superior por força do n.º 1 do artigo 78.º do RCTFP, e do regulamento de extensão n.º 1-A/2010, publicado em D.R., 2.ª série, n.º 42, de 2 de março de 2010.

Após o termo do período experimental, torna-se público que por despacho de 02 de outubro de 2012, e conforme o n.º 6 do artigo 12.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, o mesmo foi concluído com sucesso pelo trabalhador Bruno Miguel Martins Loureiro.

4 de outubro de 2012. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz.*

206438678

Despacho n.º 13374/2012

Nos termos do artigo 72.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado entre esta Autoridade Nacional e o trabalhador Nuno Manuel da Cruz Duarte, datado de 01 de dezembro de 2011, sujeito a período experimental, segundo o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado em D.R., II série, n.º 188, de 28 de setembro de 2009, aplicável à carreira técnico superior por força do n.º 1 do artigo 78.º do RCTFP, e do regulamento de extensão n.º 1-A/2010, publicado em D.R., II série, n.º 42, de 2 de março de 2010.

Após o termo do período experimental torna-se público que por despacho de 02 de outubro de 2012, e conforme o n.º 6 do artigo 12.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, o mesmo foi concluído com sucesso pelo trabalhador Nuno Manuel da Cruz Duarte.

4 de outubro de 2012. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

206439058

Direção-Geral de Administração Interna

Despacho n.º 13375/2012

Nomeação para o cargo de Dirigente Intermédio de 2.º grau — Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo da Direção-Geral de Administração Interna

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia do 2.º grau seja efetuado por seleção de entre trabalhadores com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo;

Considerando que tendo sido dado cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º e, terminado o prazo para a apresentação de candidaturas, a escolha deveria recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor correspondesse ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço;

Considerando que o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a nomeação da licenciada Isabel Maria de Almeida Ramos, por reunir as condições exigidas para o desempenho do cargo a prover, porquanto, inequivocamente, demonstrou possuir o perfil adequado às funções a assumir, boas condições técnicas e interpessoais para prosseguir as atribuições e objetivos do Núcleo de Apoio Administrativo, em virtude de ser detentora duma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções ligadas aos domínios da área funcional do cargo a prover.

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º n.º 1 e 21.º n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino o seguinte:

1 — É nomeada, em comissão de serviço, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, a licenciada Isabel Maria de Almeida Ramos;

2 — A presente nomeação produz efeitos a 01 de outubro de 2012.

28 de setembro de 2012. — O Diretor-Geral, *Jorge Manuel Ferreira Miguéis*.

Nota curricular

1 — Elementos de Identificação:

Nome: Isabel Maria de Almeida Ramos;
Data de nascimento: 29 de outubro de 1957;

2 — Formação académica: Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, em 1981;

3 — Formação profissional: frequentou diversos cursos e ações de formação, realçando — se os cursos de Regime Jurídico das Despesas Públicas em Aquisição de Bens e Serviços, Operacionalização do Estatuto do Pessoal Dirigente, Seminário de Alta Direção, Curso de Contratos Públicos, Curso de Contratação Pública e de Orçamentação nos Serviços Públicos;

4 — Experiência profissional: Advogada, encontrando-se a inscrição na Ordem dos Advogados suspensa a seu pedido;

Nomeada, em regime de substituição, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo (NAA), da Direção Geral de Administração Interna (DGAI), em 1 de abril de 2012;

Presidente da Comissão Arbitral de Rádio e de Televisão na eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira — outubro de 2011 e da Comissão Arbitral de Rádio e de Publicações Informativas no Referendo Local do Cartaxo — dezembro de 2011;

Coordenadora da parte logística na eleição da Assembleia da República — junho de 2011, na eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira — outubro de 2011 e no referendo local do Cartaxo — dezembro de 2011;

Membro da Comissão de Análise do processo de «Avaliação de documentação acumulada referente ao fundo documental do ex-STAPE» e da elaboração da portaria arquivística;

Participação em Júris de concursos de pessoal no quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral e da Direção-Geral de Administração Interna;

Membro de comissões de análise de aquisição de bens e serviços no âmbito da Direção-Geral de Administração Interna, ao abrigo do Código de Contratos Públicos;

Assessora da Direção-Geral de Administração Interna (DGAI) no âmbito do SIADAP e do secretariado do Conselho Coordenador de Avaliação, desde abril de 2008;

Assessora do Diretor da Área de Administração Eleitoral, desde 2 de janeiro de 2008;

Responsável pela área jurídica nos diversos Processos de Votação dos Eleitores Portugueses Residentes no Estrangeiro;

Cessação da comissão de serviço, em 31 de março de 2007, por extinção do STAPE;

Renovação da comissão de serviço em 3 de dezembro de 2005, por Despacho do Diretor-Geral do STAPE;

Nomeada Chefe da Divisão de Apoio Jurídico, precedendo concurso, por Despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 3 de dezembro de 2002;

Coordenação da Divisão de Apoio Jurídico desde 10 de outubro de 2000;

Participação em comissões de análise de aquisição de serviços no âmbito do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral;

Nomeada assessora principal da carreira de jurista do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, em 14 de fevereiro de 1997;

Participação nas reuniões do «Grupo de Trabalho sobre o direito de voto e elegibilidade nas Eleições Autárquicas dos Cidadãos dos países da União Europeia», em Bruxelas — 1994;

Nomeada assessora da carreira de jurista do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, em 25 de novembro de 1993;

Nomeada técnica superior Principal da carreira de Jurista do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, em 26 de outubro de 1990;

Nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, em 13 de dezembro de 1988;

Nomeada interinamente técnica superior de 1.ª Classe do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, em 1 de julho de 1987;

Nomeada técnica superior de 2.ª Classe do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), em 12 de novembro de 1984;

Nomeada, através de Despacho publicado no *Diário da República,* n.º 27, 2.ª série, de 01 de fevereiro de 1984, Adjunta da Secretária de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas.

206438507

Despacho n.º 13376/2012

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 23.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, para efeitos de eventual renovação da comissão de serviço, os titulares dos cargos de direção intermédia, darão conhecimento do termo da respetiva comissão de serviço ao respetivo dirigente máximo, com a antecedência mínima de 90 dias.

Considerando que o dirigente em apreço cumpriu o estipulado quanto ao termo da comissão de serviço e apresentou o relatório de demonstração das atividades prosseguidas e resultados obtidos, o qual foi objeto de análise circunstanciada;

Considerando que no exercício do cargo alcançou bons resultados e demonstrou capacidades de liderança, de gestão e compromisso com o serviço público, com respeito pelas normas jurídicas, éticas e deontológicas.

Torno público, que por meu despacho de 02 de outubro de 2012, proferido ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, foi renovada a comissão de serviço do licenciado Luís Filipe Moreira Isidro, no cargo de Chefe do Núcleo de Estudos e Análise Prospetiva de Segurança Interna.

3 de outubro de 2012. — O Diretor-Geral, *Jorge Manuel Ferreira Miguéis*.

206438434

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Declaração de retificação n.º 1297/2012

Por ter saído com inexatidão o despacho (extrato) n.º 12932/2012, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 191, de 2 de outubro de 2012, a p. 33156, retifica-se que onde se lê «a que corresponde a remuneração base de 20 % do 1.º escalão, índice 195 da respetiva categoria» deve ler-se «a que corresponde a remuneração base de 20 % do 1.º escalão, índice 140 da respetiva categoria».

4 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

206439577

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 13587/2012

A Direção-Geral da Administração da Justiça pretende recrutar, mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º a 63.º, da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011 de 30 de dezembro, um assistente operacional que possua carteira profissional de fogueiro de 1.ª classe.